

Proc.: 0005015-18.2015.8.22.0007

Ação: Adoção

Requerente: A. C. S. F. M. S. P. C. da S.

Advogado: Alfredo José de Oliveira Gonzaga (OAB/MT 9502), Marcela Balieiro Soukef (OAB/MT 9502), Fabiano Rabaneda dos Santos (OAB/MT 12.945), Fernanda Fumero Garcia Holz ( ), Fabiano Rabaneda dos Santos (OAB/MT 12.945)

Requerido: R. G. S. A. B. de S. F. F. de S.

Advogado: Fania Libório Feliciano (OAB/MT 10015)

Interessado (Parte A:E. G. F. de S.)

Advogado: Marcela Balieiro Soukef (OAB/MT 9502), Alfredo José de Oliveira Gonzaga (OAB/MT 9502)

#### DECISÃO:

O feito já foi sentenciado, faltando decidir a adoção multiparental requerida por P. C. da S.

Foi determinado estudo psicossocial que foi favorável (fls. 348/349).

O MP pugnou pela procedência do pedido inicial.

A avó materna foi favorável (fls. 351).

Falta voltar os ARs das intimação dos avós paternos e do A. M.

Infelizmente o feito não pode ser julgado em relação ao P. C, todavia, como existe probabilidade do direito do P. na adoção (parecer favorável da equipe técnica e do MP), como existe dano com a demora da definição documental (a criança já tem um pai de fato e a demora na oficialização dessa situação fática fica gerando situações embaraçosas para a família na escola, no médico, para as viagens ou outra situação quando a documentação da criança é exigida), como a medida é reversível (o que é registrado pode ser desfeito), com base no art. 300, NCPC, CONCEDO TUTELA DE URGÊNCIA para reconhecer, em juízo superficial e não exauriente, P. C. DA S. como PAI socioafetivo da criança E. G. F. de S. de modo a incluí-lo (assim como os pais do P. como avós) no registro de nascimento da criança.

Lembro que na SENTENÇA foi reconhecida a adoção multiparental por A.

Expeça-se com urgência MANDADO/OFÍCIO para o cartório de registro civil competente fazer a averbação/registro da maternidade (reconhecida na SENTENÇA ) e paternidade (reconhecida nesta DECISÃO ), com base nos artigos art. 10, II, CC e artigo 97 da Lei 6015/73, bem como, para alteração do nome de E G F DE S para E G F S.

Ainda, deverá constar que a genitora é A C F M S e o genitor é P C DA S. Ressalto que por estar sendo reconhecida uma família multiparental nesta DECISÃO e na SENTENÇA, a criança terá filiação quadrupla, não podendo no registro civil constar menção de quem seriam os pais biológicos e quem seriam os pais sócioafetivos.

Aguarde-se a devolução dos ARs mencionados nas fls. 351v, após conclusos para SENTENÇA.

Ciência ao MP.

Cacoal/RO, quarta-feira, 22 de março de 2017.

Audarzean Santana da Silva

Juiz de Direito